

CONCEPÇÕES DE LAZER, FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Marcela Gomez Alves da Silva¹

Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger²

Luciene Ferreira da Silva³

Bauru, SP, Brasil

RESUMO: Este artigo⁴ objetiva analisar as concepções de lazer apresentadas e discutidas por estudiosos e pesquisadores evidenciadas na literatura e, especificamente, a formação e intervenção profissional de agentes sociais que atuam em programas governamentais, numa perspectiva histórica e sociológica, tendo como fundamentação teórica os conceitos do sociólogo alemão Norbert Elias, pois consideramos que os Agentes envolvidos se constituem de experiências pessoais e sociais, as quais são resultados de diferentes configurações sociais e que, as relações de poder existentes na sociedade influenciam a implementação, o andamento e os resultados de ações de políticas públicas, como é o caso dos programas governamentais envolvidos na pesquisa. Nesse sentido, buscamos responder às seguintes questões: Quem são os agentes sociais que atuam em programas de lazer propostos pelo governo federal, no que diz respeito à sua formação acadêmica? No tempo presente, os agentes sociais intervêm ou atuam em conformidade com qual concepção do lazer: assistencialista, educacional, emancipadora, crítica? (MARCELLINO, 2004; ISAYAMA, 2003; MELO, 2006). Para tanto, realizamos entrevistas com os agentes sociais que atuavam em dois programas do Governo Federal da cidade de Bauru-SP, os quais não possuem formação de pessoal para atuar nos locais, enfatizando sua formação inicial e continuada, bem como a atuação e intervenção profissional em políticas públicas de lazer, visando uma compreensão das suas concepções sobre os conceitos de lazer e as relações entre a realidade observada na pesquisa, das idealizadas pelos programas envolvidos. Da coleta de dados e análises, constatamos que a concepção que os Agentes sociais possuem do lazer passam a ser do senso comum, na medida em que não se percebem enquanto mediadores sócio-culturais atuando em uma política pública de lazer, além de não se

¹ Licenciada e Bacharel em Educação Física. Mestre em Ciências da Motricidade- UNESP- Rio Claro. Membro do LEPSCHPEF - Grupo de Estudos e Pesquisas Socioculturais, Históricos e Pedagógicos da Educação Física e do GEPLÉ- Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer-Educação. E-mail: marcela_gomez@ymail.com

² Docente do Departamento de Educação Física (1992 - atual), Vice-Diretora e Diretora (2009 - 2017) da Faculdade de Ciências e Presidente do GAC (2013 - 2015), da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, do campus de Bauru. Livre-Docente em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP (2009). Líder do grupo de pesquisas em Estudos Socioculturais, Históricos e Pedagógicos da Educação Física (LEPSCHPEF/UNESP/FC/DEF/Bauru), cadastrado no CNPq. E-mail: dagmar.hunger@fc.unesp.br

³ Docente do Departamento de Educação da FC/UNESP, membro do GELC/UNIMEP/CNPQ e Coordenadora do GEPLÉ – Grupo de Estudos e Pesquisas de Lazer e Educação. E-mail: silvalucienef@gmail.com

⁴ Trata-se dos dados e análises parciais da Dissertação de Mestrado: "Análise da formação acadêmica e intervenção profissional dos agentes sociais no campo do lazer nos programas do Governo Federal da cidade de Bauru-SP" junto ao programa de Ciências da Motricidade- UNESP- Rio Claro, 2017.

sentirem seguros em trabalhar em locais dessa natureza, nesse sentido, percebem que tais ações acabam se tornando assistencialistas nos programas oferecidos pelo Governo. Assim, concluímos que seja necessário um processo formativo baseado em estudos do lazer junto aos indivíduos que compõe a sociedade e sobre as relações de poder existentes para que tais ações possam vir a transformar a realidade.

Palavras-chave: Formação Profissional. Intervenção Profissional. Lazer.

CONCEPTIONS OF LEISURE, TRAINING AND PROFESSIONAL INTERVENTION IN GOVERNMENTAL PROGRAMS

ABSTRACT: This article aims to analyze the conceptions of leisure presented and discussed by scholars and researchers evidenced in the literature and, specifically, the formation and professional intervention of social agents that act in governmental programs, in a historical and sociological perspective, having as theoretical foundation the concepts of the sociologist German Norbert Elias, because we consider that the agents involved are personal and social experiences, which are the result of different social configurations and that the existing power relations in society influence the implementation, progress and results of public policy actions, such as in the case of the government programs involved in the research. In this sense, we seek to answer the following questions: Who are the social agents that act in leisure programs proposed by the federal government, in what concerns their academic formation? At the present time, social agents intervene or act according to which conception of leisure: welfare, education, emancipation, criticism? (MARCELLINO, 2004, ISAYAMA, 2003, MELO, 2006). For that, we conducted interviews with the social agents who worked in two programs of the Federal Government of the city of Bauru-SP, which do not have training of personnel to work in the localities, emphasizing their initial and continued formation, as well as the professional intervention and intervention in public leisure policies, seeking an understanding of their conceptions about leisure concepts and the relationships between the reality observed in the research, idealized by the programs involved. From the collection of data and analysis, we find that the conception that the Social Agents have of leisure become common sense, insofar as they are not perceived as socio-cultural mediators acting in a public policy of leisure, besides not feeling safe in working in places of this nature, in this sense, realize that such actions end up becoming assistencialists in the programs offered by the Government. Thus, we conclude that a formative process is needed based on studies of leisure with the individuals that make up the society and about the existing relations of power so that such actions can transform reality.

Keywords: Professional qualification. Professional Intervention. Leisure.

CONCEPCIONES DE LAZER, FORMACIÓN E INTERVENCIÓN PROFESIONAL EN PROGRAMAS GUBERNAMENTALES

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo analizar las concepciones de ocio presentadas y discutidas en la literatura por estudiosos e investigadores, y, específicamente a la formación e intervención profesional de los agentes sociales que actúan en programas gubernamentales, en una perspectiva histórica y sociológica, que tiene como base los conceptos del sociólogo alemán Norbert Elias, pues consideramos que los Agentes involucrados se constituyen de experiencias personales y sociales, las cuales son resultados de diferentes configuraciones sociales y que, las relaciones de poder existentes en la sociedad influyen la implementación, el andamio y los resultados de acciones de políticas públicas, como es el caso de los programas gubernamentales involucrados en la investigación. En ese sentido, buscamos contestar a las siguientes cuestiones: ¿Quiénes son los agentes sociales que actúan en programas de ocio propuestos por el gobierno federal, en lo que se refiere a su formación académica? ¿En el tiempo presente, los agentes sociales intervienen o actúan en conformidad con cuál concepción de ocio: asistencialista, educacional, emancipadora, crítica? (MARCELLINO, 2004; ISAYAMA, 2003; MELO, 2006), Para tanto, realizamos entrevistas con los agentes sociales que actuaban en dos programas del Gobierno Federal de la ciudad de Bauru-SP, los cuales no poseen formación de personal para actuar en los locales, enfatizando su formación inicial y continuada, bien como la actuación e intervención profesional en políticas públicas de ocio, visando una comprensión de sus concepciones sobre los conceptos de ocio y las relaciones entre la realidad observada en la investigación, de las idealizadas por los programas envueltos. De la coleta de datos y análisis, constatamos que la concepción que los agentes sociales poseen del ocio pasa a ser del sentido común, en la medida en que no se perciben como mediadores socioculturales actuando en una política pública de ocio, además no se sienten seguros en trabajar en locales de esa naturaleza, en ese sentido, se dan cuenta que tales acciones acaban volviéndose asistencialistas en los programas ofrecidos por el Gobierno. De ese modo, concluimos que es necesario un proceso formativo basado en estudios de ocio junto a los individuos que componen la sociedad y sobre las relaciones de poder existentes para que tales acciones puedan venir a transformar la realidad.

Palabras-clave: Formación Profesional. Intervención Profesional. Ocio

Introdução: Lazer e Sociedade

As instituições sociais como as escolas, empresas, igrejas, estado e as universidades, possibilitam a reunião de pessoas com pensamentos e objetivos, a priori, semelhantes, por terem escolhido uma mesma área de estudos e uma mesma profissão. Na medida em que os grupos sociais se formam nesses espaços socioculturais, são criadas formas de interagir e compreender a realidade em que cada indivíduo se insere. Assim, num processo de formação acadêmica, por exemplo, como ocorre nas universidades, deve-se considerar o fato de que o processo formativo também está imerso nos conjuntos das experiências dos profissionais, e, que, os grupos sociais que

surtem, mesmo em diferentes áreas e com perspectivas variadas de atuação, podem vir a atuar, também, no campo do lazer, pois, trata-se de uma área multidisciplinar.

Para atuação em um ambiente não formal ou informal de ensino⁵ como em projetos sociais e programas oferecidos pelo Governo, também se requer uma formação específica ou embasada em conceitos educativos na perspectiva de diferentes possibilidades de se educar. Nesse sentido, entendemos que a educação para e pelo lazer, explicitada por Marcellino (2006), em ambientes de vulnerabilidade social e em programas do governo se faz imprescindível quando o objetivo é ou deveria ser proporcionar uma educação emancipatória, crítica e criativa.

No que concerne aos conceitos de lazer, nos embasamos na perspectiva dos estudiosos clássicos, como Dumazedier, que considera o lazer um:

[...] conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 2000, p. 34).

Porém, entendemos que nem todo o “tempo livre” (MARCELLINO, 2006) é um tempo de lazer, pois assumimos outras tarefas que podem não ser de trabalho, mas também não tem como fim último a satisfação e/ou o desenvolvimento pessoal e social.

Nessa perspectiva, o tempo, para Nobert Elias, medido física e socialmente, tornou-se “a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico” (ELIAS, 1998, p. 17). Assim, o desejo intrínseco do ser humano em medir o tempo e suas atitudes durante sua ocupação, o torna uma “instituição de controle” da sociedade, na medida em que se torna necessário para orientar a realização de tarefas e seu “caráter varia conforme o estágio de desenvolvimento atingido pelas sociedades” (ELIAS, 1998, p. 15).

Nesse sentido, um processo educativo que vá além das “instituições de controle”, em equipamentos de lazer públicos em projetos governamentais, que possibilite uma melhor compreensão sobre o tempo livre, portanto o entendimento de uma educação *para e pelo* lazer se caracteriza pelo processo de formação dos indivíduos que compõe a sociedade. Assim, Marcellino (2006) explica que é necessário entender o lazer como um meio de se educar (educação pelo lazer) e de que é necessário um estímulo para que o lazer ocorra (educação para o lazer).

Elias e Dunning (1992, p. 107) explicam:

Na polarização convencional do trabalho e lazer, o termo «trabalho» refere-se habitualmente a uma única forma específica de trabalho — o tipo de trabalho que as pessoas executam como modo de ganhar a vida. Nas sociedades mais diferenciadas e urbanizadas, este é um tempo rigidamente regulado e, na maior parte dos casos,

⁵ Sobre o assunto, ver: LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994; e SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas: Autores Associados, 1999.

um tipo de trabalho altamente especializado. Em paralelo, no seu tempo livre, os membros destas sociedades têm em geral de fazer uma boa parte de trabalho sem remuneração. Só uma porção do seu tempo livre pode ser votada ao lazer, no sentido de uma ocupação escolhida livremente e não remunerada — escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo. Nas sociedades como as nossas, cerca de metade do tempo livre dos indivíduos é, em geral, dedicado ao trabalho. Um dos primeiros passos para o estudo mais adequado do lazer nos factos observáveis traduz-se na exigência de uma distinção mais penetrante e na definição mais nítida das relações entre o tempo livre e lazer.

Já Dumazedier, reforça a preocupação com descanso, o divertimento e o desenvolvimento pessoal. Para Requixa (1980, p. 35), o lazer é uma “[...] ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

As rotinas são criadas pelos sujeitos no meio social, os hábitos são incorporados e alguns que ditam regularidades, ritmo e controle. Assim surgem necessidades socioculturais por atividades que permitam “extravasar”, sem ser tachado de insano, exagerado ou agressivo. Nesse sentido questionam-se aqui as funções e as mudanças das atividades de Lazer quando a sociedade se modifica. Cabe ao lazer manter o “controle das emoções” dos indivíduos?

Para tentar responder essas e outras questões, destacamos que o processo de civilização da sociedade impôs muitas rotinas e pressões de autocontrole, de forma que os indivíduos necessitaram e buscaram por atividades que permitissem um “descontrole controlado” das emoções, produzindo satisfação (ELIAS, 1994a).

Para Elias (1994b), os indivíduos enquanto parte da sociedade se organizam em grupos sociais - famílias, escolas, estados, universidade, trabalho - de forma que para uma melhor compreensão do indivíduo e da sociedade, precisamos compreender que tais grupos se formam, mas são interdependentes um do outro, formam *configurações sociais* umas com as outras (ELIAS; DUNNING, 1992). A divisão de grupos, as relações entre as forças sociais desses grupos interferem no acesso às atividades de lazer, por exemplo, tornando-as limitadas e restritas, na medida em que alguns grupos sociais detêm o poder não só econômico, mas o de acesso às possibilidades e aos espaços de lazer.

Considerando que com a manutenção da ordem social, as relações de poder ficam cada vez mais intensas na sociedade atual, e, também o lazer perante a sociedade contemporânea, dividida em grupos sociais, surge como um meio de controle da sociedade.

Instituições de ensino e até mesmo o terceiro setor da sociedade, os projetos sociais, direcionam a educação para determinadas rotinas, desconsiderando a necessidade real dos indivíduos de possuir uma educação, uma formação que amenize e possibilite uma melhor compreensão das perturbações e conflitos impostos pela sociedade como se pode ter, por meio do Lazer-educação. Ou seja, uma formação reflexiva, crítica e emancipatória.

Segundo Marcellino (2004) o lazer possui quatro abordagens funcionalistas, são elas: a romântica, a moralista, a compensatória e a utilitarista. A visão romântica se refere aos valores da sociedade tradicional; na abordagem moralista, o lazer assume “funções”, em que se torna possível “ocupar o tempo ocioso, “tirar as crianças da rua”; a abordagem compensatória está relacionada à compensação da insatisfação e alienação provocada pelo trabalho; e, na abordagem utilitarista, o lazer se reduz à recuperação das forças de trabalho, apenas ao descanso.

Nesse sentido percebe-se uma forte relação do processo civilizador (ELIAS, 1994a) com a educação para e pelo Lazer, para que assim os indivíduos possam descobrir novas formas de ocupação do tempo livre nas sociedades contemporâneas, e para que se considerem as potencialidades de desenvolvimento pessoal e social por meio do lazer, das atividades de lazer, contribuindo para a compreensão da realidade e responsabilidade social (MARCELLINO, 2007).

Norbert Elias analisa as sociedades por meio das formas de vida em grupo o que permite que se compreenda a sociedade, partindo de diversos aspectos, entre eles o lazer, que deve ter a mesma importância que o trabalho nas sociedades atuais (ELIAS; DUNNING, 1992),

Elias e Dunning (1992) compararam sociedades menos desenvolvidas com sociedades industrializadas e perceberam em seus estudos e análises o aumento da necessidade do autocontrole emocional, pois houve um aumento das restrições individuais e sociais, nas quais os indivíduos passaram a se tornar mais “rígidos”. Houve a necessidade de emergência de tensões e excitações, sem violência, por meio da mimesis. O jogo foi a forma aproximada de sentir, das sociedades analisadas. Para os autores, o embate mimético vivido no jogo é controlado pelas regras, que não permitem a extermínio dos opositores.

Emoção, excitação e prazer são necessários à vida humana e segundo Elias e Dunning (1992), a contenção de sentimentos por meio de controle regular e completo dos impulsos, dos afetos e das emoções é fator de origem de novas tensões.

No caso das sociedades que atingiram um nível relativamente avançado de civilização, isto é, com relativa estabilidade e com forte necessidade de sublimação às restrições harmoniosas e moderadas, na sua globalidade, podem ser observadas, habitualmente, numa considerável multiplicidade de actividades de lazer, que desempenham essa função, e de o desporto é uma variante. Mas, para cumprir a função de libertação das tensões derivadas das pressões, estas actividades devem conformar-se a sensibilidade existente face a violência física que é característica dos hábitos sociais das pessoas no último estágio de um processo de civilização (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 69-70).

As relações com o lazer possibilitam afirmar tal fenômeno como social, compreender a sua importância na sociedade e perceber que possui muita força quando contextualizado nas relações de poder e manutenção da ordem social, o que implica num estudo mais aprofundado sobre o entendimento das instituições e dos profissionais que atuam com o Lazer e seus objetivos para com a sociedade, essa formada por indivíduos

interdependentes.

[...] muitas ocupações de lazer fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitamento, ao representar, de alguma forma, o que tem origem em muitas situações da vida real, embora sem os seus perigos e riscos... (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 70)

No lazer, a animação dos sentimentos e a excitação desejada, decorrem da dinamização que lhe é característica, com criação de tensões.

Perigo imaginário, medo ou prazer mimético, tristeza e alegria são produzidos e possivelmente resolvidos no quadro de divertimentos. Diferentes estados de espírito são evocados e talvez colocados em contraste, como a angústia e a exaltação, a agitação e a paz de espírito (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 71).

As ideias de Elias e de Marcellino confluem para o lazer enquanto prática derivada de necessidades humanas em contextos sociais, que podem ser criativas e emancipatórias, sobretudo porque consideram as emoções humanas e as relações entre os sujeitos e grupos. O processo civilizatório avança, de modo que as ações mais violentas podem ser vivenciadas mimeticamente no lazer, repercutindo em formas criativas de comunicação humana.

Diante do exposto, para refletir sobre a formação dos profissionais que atuam no campo do lazer, buscando uma práxis reflexiva e embasada nos conceitos abordados anteriormente, objetivamos a seguir, contextualizar a formação e a intervenção profissional no campo do lazer.

Formação e intervenção profissional em lazer

A necessidade de pessoal para atuar em locais que se apropriam do termo “lazer” e de atividades de cunho sócio-educativo numa perspectiva lúdica fica evidente em locais de vulnerabilidade social, que acabam por ter forte caráter assistencialista em suas ações, ao invés de proporcionar que a população torne-se capaz e consciente das possibilidades de modificar a realidade nas quais estão inseridas.

Enquanto campo de atuação multidisciplinar, o lazer enseja intervenções interdisciplinares, possibilitando a atuação de diversos profissionais. Porém, nem todos os cursos de graduação que possibilitam uma preparação para a atuação na área possuem acesso a estudos específicos sobre o lazer, e, tampouco a preparação para atuação em diferentes espaços, que não só a escola. Aqui nos referimos aos cursos que possibilitam atuação nos grupos de interesses do lazer apresentados por Dumazedier (1980) como artísticos, manuais, físico-esportivos, intelectuais, sociais e, os turísticos acrescentados por Camargo (1998).

Entendemos que o processo de formação para atuar com o lazer deve ser pautado na estratégia de mediação, como na animação cultural proposta por Melo (2006), de forma que os profissionais se apropriem de culturas e políticas no sentido de

“desconstruir” a lógica dominante e não reproduzi-la, pois aqui se busca uma forma de encarar e modificar a realidade, questionar o contexto, causando certo desconforto, para que haja mudança.

Segundo Isayama (2010), a formação no campo do lazer, no Brasil possui duas perspectivas: a primeira mais técnica, onde surgem os problemas entre teoria e prática, o que, ainda segundo o autor, restringe o profissional, tal formação tem como prioridade o “domínio de procedimentos e metodologias” (p. 12). A segunda perspectiva que Isayama nos mostra é aquela “centrada no conhecimento, na cultura e na crítica” (p. 12), onde os conhecimentos, os saberes e os valores são prioridades.

Assim, “a formação de profissionais no campo do lazer deve, portanto, ser pautada na competência técnica, científica, política, filosófica e pedagógica e no conhecimento crítico da realidade” (ISAYAMA, 2010, p. 13). Nessa ótica de formação, os “profissionais de lazer devem ser educadores, no sentido amplo da palavra, e não mercadores, como habitualmente vem ocorrendo” (MARCELLINO, 2008, p. 40).

Dessa forma, questiona-se se os cursos de formação de professores, que possuem em seu currículo uma disciplina que aborde estudos do lazer, contemplam todos os interesses do mesmo, propostos por Dumazedier (1980), e além disso se conseguem formar profissionais qualificados para atuar no âmbito do lazer como um todo, não só na recreação, mas um profissional que eduque, crie e faça repensar valores e formas de se desenvolver de forma lúdica e prazerosa.

O agente social, o educador, o professor que atua em um ambiente visto, a priori, com possibilidade de maior liberdade, e que sua procura é ou deveria ser motivada pela busca do prazer, e partindo dessa consideração, o profissional pode ter maior “flexibilidade para preparar uma intervenção que leve em conta os diversos interesses culturais” (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p. 52).

Assim, para uma intervenção no campo do lazer, entendida aqui como forma de potencializar o desenvolvimento social e educativo, espera-se que os *Agentes Sociais*⁶ ou animadores socioculturais possuam formação profissional mais adequada na área e, conhecimentos referentes aos interesses culturais do lazer.

A pesquisa de campo

A pesquisa de campo ocorreu na cidade de Bauru-SP com os programas do Governo Federal oferecidos pelo município, que se enquadravam no campo do lazer,

⁶ Reconhecemos a existência de outros termos para designar as pessoas que atuam no âmbito social e nas políticas públicas de lazer. Aqui optamos pelo termo *Agentes Sociais*, considerando que se refere às pessoas/profissionais que atuam nos programas e projetos de cunho social e educativo, que desenvolvem um trabalho comunitário, e têm por objetivo a interação social, a mobilização comunitária, incentivar ações comunitárias através da organização e mobilização local, a animação sociocultural, o agrupamento de atividades esportivas e de lazer e a educação popular (BRASIL, 2011; FREIRE, 1989).

entre os anos de 2015 e 2016. Participaram da pesquisa dezesseis Agentes Sociais de dois programas do Governo Federal⁷.

As evidências resultantes das coletas, os depoimentos, foram tratadas a partir de elementos da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). A entrevista foi semi-estruturada e os depoimentos foram analisados conforme os estudos bibliográficos realizados. Assim foram criadas categorias de análise para facilitar o agrupamento das informações obtidas. Chizzotti (2008) esclarece que essa técnica contribui na redução do volume das informações contidas nas comunicações, na qual se torna possível “passar dos elementos descritivos à interpretação ou investigar a compreensão dos atores sociais no contexto cultural em que produzem a informação” (CHIZZOTTI, 2008, p. 99).

A seguir apresentaremos os dados e as análises conforme as categorias evidenciadas.

Concepção sobre o lazer e políticas públicas de lazer:

Constatou-se, por meio dos depoimentos dos Agentes Sociais, que a “visão funcionalista” do lazer predomina sobre as demais concepções. Como já explicitado, o lazer possui quatro abordagens funcionalistas, são elas: a romântica, a moralista, a compensatória e a utilitarista (MARCELLINO, 2004). Nos depoimentos dos *Agentes Sociais*, a ênfase foi na abordagem moralista e utilitarista, como podemos observar nos seguintes depoimentos:

[...] eu acho que tira as crianças da rua, pelo menos a nossa parte é uma evasão cultural. (AGENTE SOCIAL 1)

[...] ao invés da criança ficar na rua o dia inteiro ou ir naquela boca lá, ela fala “ah vou jogar basquete”. (AGENTE SOCIAL 2)

Ah...eu acredito que um aluno que ele não tem o lazer, eu acho que ele não desempenha tanto[...] acaba sendo desgastante, se ele não tem um tempo de lazer, [...] atinge a produção. (AGENTE SOCIAL 3)

É um ponto de recreação pra você relaxar, esquecer do dia a dia né, aquela correria de serviço, casa. (AGENTE SOCIAL 15)

Ao atribuir uma função ao lazer, os Agentes sociais acabaram por estabelecer a relação que as pessoas, e até eles próprios mantinham com o local que oferecera tais possibilidades. Assim, os programas se resumiam a um espaço físico apenas.

Sobre se tratar de uma política pública de lazer, entendem que:

Era pra ser uma política de lazer, mas não é, é assistencialista. Eles vêm aqui para tomar café. (AGENTE SOCIAL 6)

Sei que é uma política pública, mas não sei se o objetivo é o lazer (AGENTE SOCIAL 14)

⁷ A pesquisa encontra-se aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências - Campus de Bauru sob parecer número 1.311.902.

Nesse sentido, Melo (2008) aponta para o caráter assistencialista que alguns projetos sociais assumem quando oferecem “complemento às ausências do Estado”, como reforço alimentação, assistência médica, etc. Salienta que tal questão passa a ser preocupante quando se percebe que tais complementos passam a ser mais importantes que projeto em si.

Um projeto e/ou programa pode até contribuir para momentaneamente sanar alguma deficiência do Estado, mas de maneira nenhuma pode substituir ou deixar de tematizar o que é obrigação e responsabilidade do Estado, e, portanto, motivo de cobrança com ênfase e vigor (MELO, 2008, p. 13).

Nesse sentido, conforme apontou Elias (1994a), o lazer se adequa aqui como um meio de controle, uma ocupação do tempo livre, em que se busca o controle das emoções e dos grupos sociais, buscando estabelecer uma ordem de como e quando as atividades devem e podem ocorrer.

O oferecimento de oficinas, que muitas vezes não interessam à comunidade, torna-se um exemplo da imposição de um poder maior em relação ao interesse da população, como nas palavras dos próprios agentes:

Não é chegar e falar “venha fazer teatro”, a pessoa nunca fez, não tem referência. Eu acho que o programa tem que começar primeiro levando o teatro até a população, teatro de rua, teatro de bonecos, e coloque dentro da realidade deles [...] Eles pensam em fazer teatro pra ir pra novela da globo, mas isso não é culpa deles. Viemos de uma cultura que não valoriza a arte, os professores de educação artística, poucos falam de arte, de música. O que prejudica é querer resultados imediatos! Isso não vai dar certo! Querer “enfiar guela abaixo” o que a pessoa não está acostumada! (AGENTE SOCIAL 7).

Ninguém perguntou se eles queriam essas atividades aqui, ou quais atividades eles queriam. Eles querem ir fazer as coisas no centro da cidade, não aqui! (AGENTE SOCIAL 6).

Compreende-se que o lazer em programas do Governo Federal, deve contribuir para a transformação da realidade em que os indivíduos estão inseridos, mas não ignorar as experiências que já possuem, ao contrário, partir dela, ampliá-la no sentido de possibilitar vivências e despertar sentido, como um veículo de educação, educação para a arte, educação para o lazer. Deve-se conscientizar para a superação da ordem social, que segundo Melo (2003) trata-se de algo que parece estar bastante baseada no âmbito da cultura. Assim, o autor enfatiza que os professores devem atuar como mediadores, que através das especificidades culturais locais procurem resgatar elementos da cultura popular deteriorada e difundir manifestações da cultura erudita, resistindo à ação da indústria cultural, sempre considerando as possibilidades da cultura para, direta ou indiretamente, contribuir para ampliar a consciência social local.

Depreende-se o lazer como “cultura vivenciada no tempo disponível” (MARCELLINO, 2004, p.20), assim, a cultura popular, as manifestações culturais dos

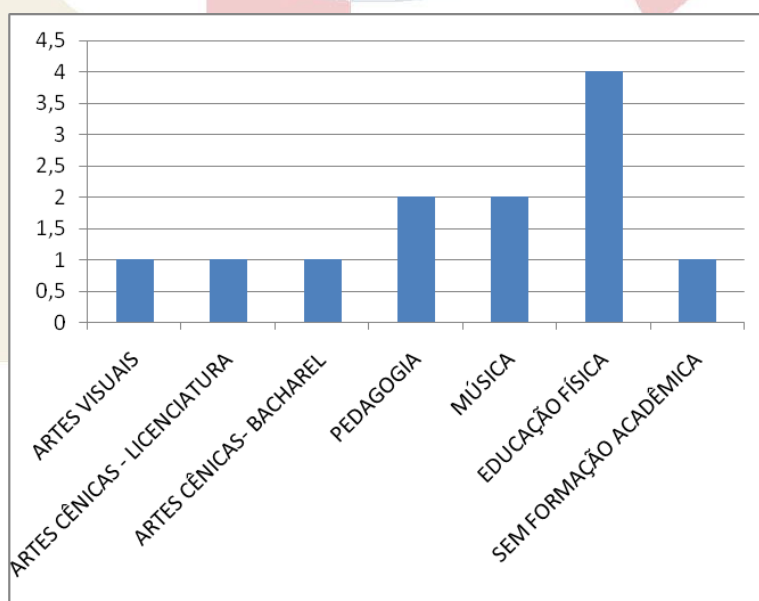
diversos grupos sociais devem ser vistas como uma possibilidade de lazer, mobilizando e promovendo a participação cultural “[...] como uma atividade não conformista, mas crítica, criativa, de sujeitos historicamente situados [...]” (MARCELLINO, 2007, p. 20).

O entendimento da cultura local, individual e mesmo a do grupo como um todo é significativo no sentido de valorizar, de explorar a mesma e de proporcionar a mimesis seja na arte, nas práticas físico-esportivas, nas atividades manuais, artísticas, intelectuais e nos interesses turísticos. Evasão e explosão de sentimentos que colaborem para um controle das emoções que sejam favoráveis ao sujeito e aos grupos de sujeitos. E, também se pode diminuir a resistência e inserir o contexto do lazer no cotidiano dessas pessoas, mostrando sua importância em suas vidas, conseguindo se desvincular da forma “assistencialista” que o lazer assume quando é inserido nas camadas populares das formas identificadas nesta pesquisa.

Formação Inicial e Continuada:

Sobre os processos de formação dos Agentes Sociais, de forma quantitativa: 37% dos Agentes eram advindos de cursos de Educação Física, sendo apenas um com a graduação em andamento, totalizando 5 Agentes; 17% possuíam graduação em Pedagogia (2 Agentes); 17% possuíam graduação em Licenciatura em Música (2 Agentes); 8% cursaram Bacharelado em Artes cênicas, Licenciatura em Artes Cênicas, e Artes Visuais, sendo aqui, 1 agente para cada curso. Os demais eram estudantes do curso de Licenciatura em Educação Musical, totalizando 4 Agentes sociais. Um dos Agentes tinha formação em Pedagogia e Música, e um dos estudantes de Educação Musical também já era formado em Pedagogia.

Figura 1- Formação dos Agentes Sociais



Sobre os cursos de pós-graduação, eram exatamente 5 (cinco) Agentes Sociais que realizaram ou estavam realizando um curso de pós, sendo todos em nível de Especialização, eram eles: Gestão Cultural, Psicopedagogia, Movimentos do corpo e Educação Infantil.

Mesmo com formações em diferentes áreas, todos possuem em comum a possibilidade de atuar e intervir com o lazer, por se tratar de uma área multidisciplinar. Nesse sentido, entendemos a necessidade de que tais profissionais tenham em seus cursos de graduação disciplinas, projetos que possibilitem uma aproximação aos conteúdos do lazer, que relacione os conteúdos específicos da área com o lazer. Além, é claro, de ser imprescindível que os programas possuam uma proposta de formação continuada no campo.

Os agentes sociais formam uma configuração, um grupo social, e pertencem a uma teia de interdependências que, conforme Elias (1999), é caracterizado pelas suas experiências, depende de suas convicções, crenças, valores, sendo tais indivíduos mutáveis. Nesse sentido, diante das circunstâncias, atuar em diferentes locais numa perspectiva crítica e emancipatória deve ser aprendido, assim, entendemos que cabe ao processo de formação inicial e continuado, em nível superior ou não, possibilitar tal aprendizagem, e tal fato advém de estudos.

Intervenção no campo do Lazer:

O animador sociocultural, o agente social, possui diferentes formações, o que é muito importante e necessário para que se possa abranger a cultura de maneira mais ampla. Trata-se de uma equipe multiprofissional na qual os envolvidos dominem os conteúdos culturais do lazer, ou pelo menos um deles, compreendam a ligação do seu conteúdo de domínio com os demais, reflitam sobre sua prática no âmbito do lazer enquanto educadores, queiram difundir tais conhecimentos, e que tenham compromisso político com a mudança da situação em que se inserem (MARCELLINO, 2003; 2007, STOPPA *et al.*, 2013), deve atuar na perspectiva de transformação social e cultural, por meio da criatividade e da criticidade já apontadas anteriormente.

Stigger (2003) aponta que o profissional que atua em políticas públicas de lazer deve ser entendido como um “profissional educador” que tenha a capacidade de criar e refletir sobre sua prática na medida em que proporciona aprendizagens coletivas, também se torna um aprendiz, e que enfrente situações de ensino-aprendizagem em diferentes condições sociais.

Aqui, o animador cultural, o agente social atua na perspectiva da educação não-formal no campo do lazer, de forma que se deve tomar o cuidado de ao invés de estimular, acabar desestimulando a participação das pessoas por meio do direcionamento excessivo das atividades, dos estímulos às práticas tradicionais, ao consumo e até mesmo a restrição das vivências de apenas um conteúdo cultural (STOPPA *et al.*, 2013).

Segundo Marcellino (2007), para vincular formação e atuação profissional às políticas públicas de esporte e lazer é necessário que a mesma tenha em seu alicerce os valores e a participação popular, tendo como objetivos a reversão das expectativas da população altamente influenciadas e viciadas pelos valores culturais da indústria cultural.

Sobre atuar no campo do lazer, os agentes sociais percebiam que o processo de formação pelo qual havia passado, pouco contribuiu para sua atuação no campo e naquele espaço, assim destacamos os seguintes depoimentos:

Formação nunca é demais. A gente não tem ideia nenhuma quando a gente vem pra cá do que é lazer, como transformar uma aula de música, que poderia ser maçante, chata, em algo gostoso, prazeroso, com brincadeiras. A gente não tem uma formação assim. (AGENTE SOCIAL 1).

Se a gente tivesse um embasamento sobre lazer, nós poderíamos juntar a música com o lazer e ter resultados maiores dos alunos ou até mesmo para nós, planejar as aulas de outras formas. (AGENTE SOCIAL 3)

Se eu tivesse mais conhecimento acadêmico a respeito do lazer, por exemplo, tivesse mais oportunidade de fazer cursos de formação, assim né, formação continuada na questão do lazer [...] ela me ajudaria muito mais. (AGENTE SOCIAL 14)

Corroborando com Elias (1999) sobre as configurações sociais às quais os indivíduos estão sujeitos, as experiências dos agentes sociais foi um fator que contribuiu de maneira significativa para suas ações nos locais, experiência essa advinda não de um processo de formação, e sim das influências e das relações sociais.

Partindo dessa concepção de experiência e dos saberes da experiência, os quais são influenciados pelas crenças, pelos processos de formação que as pessoas passam, seja ele escolar ou familiar, sofrendo influência e modificações ao longo do tempo (TARDIF, 2008), compreendemos que os Agentes Sociais que “vivem” suas ações, podem possuir uma maior sensibilidade aos conteúdos do lazer, pois se trata de algo que “os toca” e está presente em seus cotidianos.

Considerações finais

A socialização e sustentabilidade das relações sociais em programas como os envolvidos na pesquisa tornam-se importantes na medida em que há a formação de diversos grupos sociais num mesmo ambiente. Tais grupos se tornam responsáveis pelas ações e pelos seus resultados a médio e longo prazo nas políticas públicas envolvidas nos locais. Nesse sentido, entendemos que ações interdisciplinares junto aos grupos de interesses do lazer, conforme sustentado anteriormente, são importantes para a concretização das propostas dos programas envolvidos.

As relações sociais estabelecidas nas vivências das atividades de lazer possibilitam uma aproximação e trocas de experiências em um momento lúdico e

prazeroso, tornando tais ações significativas na qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Nesse íterim, entende-se que os agentes sociais envolvidos nesses locais intervenham enquanto mediadores de ações sociais, possibilitando a troca de experiências entre os grupos que são interdependentes um do outro para a concretização das propostas. Assim, para uma intervenção nas perspectivas do lazer (educativa, crítica, emancipatória e criativa), enfatizamos a importância de estudos no campo junto aos cursos de graduação que possibilitam a atuação na área. E ainda, em locais como os programas envolvidos da pesquisa, os quais não possuem um processo de formação de pessoal para atuar, torna-se imprescindível uma proposta que envolva os grupos e permita estabelecer relações conjuntas, que não separe ou hierarquize, e sim, agregue valores e experiências.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurece. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Programa Mais educação: passo a passo**. Ministério da Educação. SEB/MEC, 2011.
- CAMARGO, Luis Otávio de Lima. **Educação para o lazer**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez, 2008.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- _____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2000.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.
- _____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- FREIRE, Paulo. O partido como Educador-educando. In: DAMASCENO, Alberto *et al.* **A Educação como ato político partidário**. São Paulo: Cortez, 1989.
- ISAYAMA, Helder Ferreira. O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Formação e desenvolvimento de**

pessoal em lazer e esporte. Campinas: Papyrus, 2003. p. 59-79.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.). **Lazer em estudo:** currículo e formação profissional. Campinas: Papyrus, 2010.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte:** para atuação em políticas públicas. Campinas: Papyrus, 2003.

_____. **Lazer e Educação.** 11.ed. Campinas: Papyrus, 2004.

_____. **Estudos do lazer:** uma introdução. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e cultura.** Campinas: Alínea, 2007.

_____. **Pedagogia da animação.** 8 ed. Campinas: Papyrus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org). **Políticas Públicas de Lazer.** Campinas: Alínea, 2008.

MELO, Vitor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer.** Barueri: Malone, 2003.

MELO, Vitor Andrade de. **Lazer e minorias sociais.** São Paulo: IBRASA, 2003.

_____. **A animação cultural:** conceitos e propostas. Campinas: Papyrus, 2006.

_____. **“Projetos sociais” de esporte e lazer:** reflexões, inquietações, sugestões. Disponível em: <http://quadernsanimacio.net>; n. 7; enero de 2008.

REQUIXA, Renato. **Sugestões e Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer.** São Paulo: SESC, 1980.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas: Autores Associados, 1999.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas públicas em esportes e lazer: considerações sobre o papel do profissional educador In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte.** Campinas: Papyrus, 2003.

STOPPA, Edmur Antonio; DELGADO, Monica; CAPI, André Chabaribery; MARCELLINO, Nelson Carvalho. A produção do conhecimento na área do lazer: uma análise sobre a revista Licere- Atuação profissional. **Pensar a prática,** Goiânia, v.16, n. 3, p. 619-955, jul/set. 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Endereço para correspondência

Marcela Gomez Alves da Silva

Rua Eduardo Vergueiro de Lorena, 5-44. Apartamentp 112 C - Bauru- SP.

